



CÂMARA DOS DEPUTADOS

(DA SRª LÚCIA BRAGA)

ASSUNTO:

Dá nova redação ao parágrafo único do artigo 9º da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966 - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

PL.1040/91

ART. 24, II

REDISTRIBUIDO nos termos da Resol. 10/91 as Comissões:

TRABALHO, DE ADM. E SERVIÇO PÚBLICO

FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (Art. 54, RI)

CONST. E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (Art. 54, RI)



FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (ADM); E DE TRABA-
24, II -

AO ARQUIVO

em 07 de JUNHO de 19 91

DISTRIBUIÇÃO

Ao Sr. _____, em _____ 19 ____

O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____, em _____ 19 ____

O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____, em _____ 19 ____

O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____, em _____ 19 ____

O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____, em _____ 19 ____

O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____, em _____ 19 ____

O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____, em _____ 19 ____

O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____, em _____ 19 ____

O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____, em _____ 19 ____

O Presidente da Comissão de _____

PROJETO N.º 1.040 DE 19 91



COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO
TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS
PROJETO DE LEI Nº 1.040/91

Nos termos do art. 119, **caput**, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, alterado pelo art. 1º, I, da Resolução nº 10/91, o Sr. Presidente determinou a abertura e divulgação na Ordem do Dia das Comissões - de prazo para apresentação de emendas, a partir de 18 / 11 / 91, por cinco sessões. Esgotado o prazo, não foram recebidas emendas ao projeto.

Sala da Comissão, em 25 de novembro de 1991.

Antonio Luis de Souza Santana
Secretário



COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO
TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS
PROJETO DE LEI Nº 1.040/91

Nos termos do art. 119, **caput**, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, alterado pelo art. 1º, I, da Resolução nº 10/91, o Sr. Presidente determinou a abertura e divulgação na Ordem do Dia das Comissões - de prazo para apresentação de emendas, a partir de 18 / 11 / 91, por cinco sessões. Esgotado o prazo, não foram recebidas emendas ao projeto.

Sala da Comissão, em 25 de novembro de 1991.

Antonio Luis de Souza Santana
Secretário



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS

PROJETO DE LEI Nº 1040/91

Nos termos do art. 119, caput, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados e do item III do Ato da Mesa nº 177/89, o Sr. Presidente determinou a abertura - e di-
vulgação na Ordem do Dia das Comissões - de prazo para apre-
sentação de emendas, a partir de 05 / 08 / 91 , por 5 sessões.
Esgotado o prazo, não foram recebidas emendas ao projeto.

Sala da Comissão, em 09 de agosto de 1991

Hilda
HILDA DE SENA CORREA WIEDERHECKER
Secretária

PROPOSICAO : PL. 1040 / 91

DATA APRES.: 15/05/91

AUTOR : LUCIA BRAGA - PDT/PB

** (Art. 24, II RI) **

Da nova redacao ao paragrafo unico do art. 9, da Lei no. 5107, de 13 de setembro de 1966 - Fundo de Garantia do Tempo de Servico.

Despacho :

Constituicao e Justica e de Redacao (ADM)

Financas e Tributacao (ADM)

Trabalho, Administracao e Servico Publico



CAMARA DOS DEPUTADOS

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA COORDENAÇÃO
DAS COMISSÕES PERMANENTES



LEI N.º 5.107, DE 13 DE SETEMBRO DE 1966

Cria o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá
outras providências.

Art. 9.º — Falecendo o empregado, a conta vinculada em seu nome será transferida para seus dependentes, para esse fim habilitados perante a Previdência Social, e entre eles rateada segundo o critério adotado para concessão de pensões por morte.

Parágrafo único — No caso deste artigo, não havendo dependentes habilitados no prazo de 2 (dois) anos a contar do óbito, o valor da conta reverterá a favor do Fundo a que alude o art. 11.



e não há dependentes habilitados no prazo de dois anos contado do óbito, a conta reverte em benefício do próprio Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

Essa solução, entretanto, não nos parece ser a mais justa.

De fato, o numerário depositado na conta vinculada do empregado falecido, quando não houver dependentes ou herdeiros habilitados, deve, a nosso ver, ser carreado para o sindicato da categoria a que pertencia o de cujus, a fim de ser utilizado em benefício dos associados.

Por essa razão, preconizamos nova redação para o questionado dispositivo, esperando que a matéria venha a merecer acolhimento.

Sala das Sessões, aos 15/05/91

Lucia Braga
DEPUTADA LÚCIA BRAGA



Parágrafo único - No caso deste artigo, não havendo dependentes habilitados no prazo de dois anos a contar do óbito, o valor da conta reverterá a favor do sindicato da categoria a que pertencia o empregado falecido".

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, aos

JUSTIFICAÇÃO

De acordo com o preceituado no parágrafo único do art. 9º, da Lei nº 5 107, de 13 de setembro de 1966, quando o empregado falece,



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Constituicao e Justica e de Redacao (ADM)
Financas e Tributacao (ADM)
Trabalho, Administracao e Servico Publico

Em 15 / 05 / 91.


Presidente

PROJETO DE LEI Nº 3040/91.

"Dá nova redação ao parágrafo
único do art. 9º, da Lei nº
5 107, de 13 de setembro de
1966 - Fundo de Garantia do
Tempo de Serviço".

Da Deputada Lúcia Braga

O CONGRESSO NACIONAL DECRETA:

Art. 1º - O parágrafo único
do art. 9º, da Lei nº 5 107, de 13 de setembro de
1966, passa a vigor com a seguinte redação:

"Art. 9º -

CÂMARA DOS DEPUTADOS
PROJETO DE LEI Nº 1040, DE 1991
(DA SRª LÚCIA BRAGA)



Dá nova redação ao parágrafo único do artigo 9º da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966 - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

VIDE CAPA

~~(ÀS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO
(ADM); DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (ADM); E DE TRABALHO,
DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO - ART. 24, II)~~